

Organizações não-governamentais

Entidades ajudam o lobby da esquerda na Constituinte

MARCELO BERABA
Diretor da Sucursal do Rio

Algumas das mais importantes vitórias da bancada de parlamentares progressistas no Congresso constituinte — como a que garantiu os direitos dos índios — foram conseguidas com a ajuda de uma rede de entidades que se autodenominam organizações não-governamentais (ONGs, no jargão que usam). É um fenômeno novo nos bastidores da política nacional: são mais de mil entidades sem vínculo com a administração pública e que apoiam, com recursos financeiros e consultoria especializada, movimentos reivindicatórios como os dos índios, dos negros, da mulher e de preservação do meio ambiente, além de projetos econômicos e de promoção social. Elas assessoram, por exemplo, a luta dos sem-terra no Sul, das lavadeiras de Salvador (BA), de comunidades cristãs na Baixada Fluminense e de grupos operários em São Bernardo (SP).

A maior destas entidades, a Fase — Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, com sede no Rio — tem um orçamento previsto para este ano de US\$ 1,5 milhão (cerca de Cz\$ 315 milhões). Como a Fase, há outras entidades importantes de atuação nacional que influenciam a bancada progressista no Congresso constituinte. O Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), dirigido pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, irmão do Henfil, é considerado o mais confiável serviço de informações das esquerdas: tem 16 micro-computadores, um banco de dados com 40 mil notícias catalogadas em ordem cronológica e o mais completo arquivo sobre o Congresso constituinte. O Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), com sedes em São Paulo e no Rio, faz um levantamento minucioso de 5 mil aldeias de 180 nações indígenas, um trabalho que nenhuma universidade produziu. O Inesc (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos), em Brasília, funciona como uma espécie de lobby centralizador dos interesses desta imensa rede plantado no Congresso. A Cese (Coordenadoria Ecumênica de Serviço), de Salvador, financiada pelas igrejas protestantes, e o Ceris (Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais), ligado à Igreja Católica, avaliaram e assessoraram, no ano passado, 1.136 projetos cujos valores variaram entre US\$ 2 mil (Cz\$ 420 mil) e US\$ 300 mil (Cz\$ 63 milhões).

Há outras evidências da importância crescente destas organizações nos dois campos em que atuam, que são o da organização política e o do desenvolvimento econômico e social. Uma delas é a atenção que recebem hoje de organismos internacionais, como o Banco Mundial.

Outra, são as campanhas que sofrem de grupos conservadores. A mais notável ocorreu em agosto do ano passado, quando o jornal "O Estado de S. Paulo" iniciou uma série de reportagens em que tentava provar que estas entidades participavam de uma conspiração internacional contra a soberania nacional. Os alvos principais foram a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Mundial de Igrejas (que tem sede em Genebra, na Suíça, reúne 320 igrejas protestantes do mundo e é um dos mais importantes financiadores das organizações não-governamentais dos países subdesenvolvidos). Mas também sobraram acusações contra duas organizações especializadas em questões indígenas — o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi).

A campanha de "O Estado de S. Paulo" colocou as organizações não-governamentais na defensiva. Além da questão indígena, elas são acusadas de estimular, junto com a Igreja, invasões de terras. As acusações são sempre seguidas da insinuação de que estão a serviço de outros países.

A maior parte das entrevistas feitas para esta reportagem foram tensas por causa deste problema. O secretário adjunto do Cedi, o antropólogo Carlos Alberto Ricardo, 38, foi o mais explícito: "Há por parte dos órgãos de segurança e de certos setores da imprensa uma tentativa de superestimar o papel e a importância das organizações não-governamentais de assessoria ao movimento popular como uma maneira de conseguir legitimidade diante da opinião pública para avançar o processo de criminalização destas entidades."

Como é grande a dependência das agências internacionais, a questão financeira ainda é um tabu para a maior parte das organizações não-governamentais. O que não deixa de ser um contra-senso na medida em que suas similares e financiadoras europeias, americanas e canadenses são obrigadas a prestar contas para os seus governos e para o público, da origem dos recursos e do destino que lhes deram.

Recursos

A explosão de organizações não-governamentais não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Existe hoje uma extensa rede internacional de organizações que têm suas pontas mais grossas e firmes na Europa, nos Estados Unidos e Canadá e malhas ainda frágeis nos países miseráveis da África, Ásia e Américas. É por esta rede que circulam anualmente, segundo levantamento do Banco Mundial, US\$ 4,4 bilhões — aproximadamente Cz\$ 924 bilhões. É a única ocasião em que o sentido

Maior vitória foi no direito dos índios

As organizações não-governamentais tiveram uma grande derrota e uma grande vitória no primeiro turno de votações no Congresso constituinte. A derrota foi a exclusão da reforma agrária do texto constitucional. A vitória foi a aprovação dos direitos dos índios. O papel destas entidades no Congresso oscilou entre um discreto município de informações e estudos especializados a um completo engajamento. A vitória no capítulo que tratou dos índios foi particularmente importante para elas porque desde fevereiro algumas entidades vinham sendo acusadas de liderar uma campanha organizada no exterior em favor dos povos indígenas mas contra os interesses nacionais.

A participação delas no movimento pela reforma agrária foi grande. Segundo Herbert de Souza, presidente do Ibase, elas alimentaram a campanha e o lobby parlamentar com análises e informações atualizadas, estimularam as diversas or-

ganizações sindicais e da Igreja que mantinham divergências a se unirem e facilitaram a sua articulação. O lobby da reforma agrária, do qual participavam diretamente sete grandes organizações não-governamentais, acabou derrotado pela União Democrática Ruralista (UDR).

As organizações não-governamentais participaram dos plenários Pró-Participação População na Constituinte, formados por mais de 200 entidades, incluindo sindicais e associações de moradores, concentraram suas forças nos capítulos que tratam dos direitos individuais, coletivos e políticos e deixaram de lado as grandes discussões políticas, como mandato presidencial e forma de governo. Elas tiveram uma participação pequena em vários artigos em que os conservadores foram derrotadas — direitos sociais, política urbana, saúde e educação —, mas cujos protagonistas das vitórias foram organizações sindicais ou associações de moradores. (MB)

do tráfego mundial se inverte e os recursos fluem do hemisfério norte para o sul. Mas não chega a ser uma quantia que altere significativamente a situação dos países pobres. Para se ter uma idéia, no mesmo ano 85 em que o Banco Mundial calculou que foi de US\$ 4,4 bilhões a ajuda das agências não-governamentais do hemisfério norte para os do sul, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento remeteram para os países desenvolvidos US\$ 43,6 bilhões — quase dez vezes mais do que receberam de ajuda — de uma dívida total de US\$ 628,5 bilhões, sempre segundo dados do Banco Mundial.

Ao Brasil cabe uma ínfima parcela desta ajuda internacional. Segundo dados do Banco Central, as ONGs que atuam no país receberam em 85 aproximadamente US\$ 8,2 milhões — menos do que 0,02% do fluxo de recursos mundiais. É possível que tenham entrado recursos diretos, sem o controle do Banco Central, mas os percentuais finais não variaram significativamente. Embora relativamente escassos, são estes recursos que permitiram a multiplicação destas organizações na década de 80.

O antropólogo Rubem Cesar Fernandes, do Iser, diz que as organizações não-governamentais não têm um projeto político comum e global para o país, mas estão sintonizadas em torno de valores como cidadania, autonomia, participação popular. Há um consenso em relação a se construir uma sociedade civil forte. São valores que tanto podem des-

bocar num projeto clássico de democracia representativa como num de democracia participativa, com canais mais amplos de participação popular. A preocupação em criar instrumentos para a participação do movimento popular na vida do país ficou flagrante no peso que estas instituições deram, no Congresso constituinte, aos capítulos dos direitos individuais, coletivos e políticos.

A louvação da autonomia e da independência e a falta de um projeto político global não impedem que as organizações não-governamentais manifestem simpatias. A mais comum é pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Jorge Eduardo Durão, dirigente da Fase, afirma que "existe um compromisso explícito na construção da CUT". Esta preferência não é tão explícita quando se trata dos partidos políticos. "Estamos mais próximos da CUT do que da UDR", brincou o diretor executivo do Ceris, um órgão vinculado à CNBB, Mauro Roberto da Costa Souza, 44, economista. "Mas acho que as coisas não se confundem. Há uma crescente consciência política que não deve ser confundida com opção partidária."

O leque de simpatias partidárias se estende do PMDB, principalmente e identificado com os "históricos", passa pelo novo PSDB, pelo PSB, PDT e termina no PT. Mas há um grande grupo de organizações, como as ecológicas, que estão completamente alheias às alternativas partidárias.

PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NO CONGRESSO CONSTITUINTE

Titulo	Artigo	Entidades	
Princípios fundamentais	Tudo o poder emana do povo	Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte	
	Rompimento com a África do Sul	Negros	
Direitos e deveres individuais e coletivos	Racismo é crime inafiançável e imprescritível	Negros	
	Tortura é crime inafiançável	Direitos humanos	
	Contra a pena de morte	Direitos humanos	
	Habeas-data, mandado de injunção, ação popular, mandado de segurança coletivo, direito de petição	Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte	
	A pequena propriedade não será objeto de penhora	Campanha pela Reforma Agrária	
	Homens e mulheres são iguais em direito e obrigações	Mulheres	
Direitos Políticos	A soberania popular será exercida pelo plebiscito, pela iniciativa popular de lei e pelo referendo	Plenários Pró-Participação Popular na Constituinte	
Congresso	É atribuição do Congresso aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares	Pacifistas e ecológicas	
Defesa do Estado e das instituições democráticas	Consulta popular para decretação do estado de sítio e estado de defesa	Direitos humanos	
Forças Armadas	Não é da responsabilidade das Forças Armadas a defesa da lei e da ordem	Direitos humanos	
Política agrícola e fundiária	Reforma agrária	Campanha Nacional pela Reforma Agrária	
Índios	Direitos dos índios, organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e terras	De apoio às causas indígenas	

